

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO

2005 / 2006

Pelo presente instrumento particular, de um lado o **SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE BLUMENAU**, com sede à Rua Professor Luiz Schwartz, 81, na cidade de Blumenau, com extensão territorial nos municípios de Blumenau, Gaspar, Indaial e Timbó, neste ato representado por seu Presidente, Sr. **ALBERTO FRANCISCO PEREIRA** e de outro lado, o **SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE MÁRMORES, GRANITOS E PEDRAS DECORATIVAS NO ESTADO DE SANTA CATARINA**, com sede na Rua XV de Novembro, 550, 4º Andar, na cidade de Blumenau, com extensão territorial em todo o Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente, Sr. **JOSÉ ROQUE CARDOSO**, fica celebrado e firmado, dentro da base territorial comum, a presente **CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO**, regida pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULAS ECONÔMICAS

01 - CORREÇÃO SALARIAL

As empresas integrantes da categoria econômica reajustarão os salários de seus empregados mediante a aplicação do percentual de 7,50% (sete vírgula cinquenta por cento), no mês de maio/2005 sobre os salários praticados no mês de maio/2004.

Parágrafo Único: Ficam as empresas autorizadas a compensar do índice constante do *caput* desta cláusula, toda e qualquer antecipação salarial linear, praticada no período de junho de 2004 a abril de 2005.

02 - SALÁRIO NORMATIVO

Os pisos salariais da categoria profissional, a partir de 01 de maio de 2.005, para uma carga de trabalho mensal de 220 horas, serão os seguintes:

Funções	Valor Mensal	Valor p/Hora
• Servente, após 4 meses de contratação	R\$ 411,40	R\$ 1,87
• Semi-Profissional	R\$ 462,00	R\$ 2,10
• Profissional	R\$ 550,00	R\$ 2,50

03 - QUITAÇÃO DA DATA-BASE

Mediante a aplicação dos percentuais referidos nas cláusulas acima, pelas empresas integrantes da categoria econômica, aos salários dos empregados, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Blumenau, concede plena e

geral quitação do período revisando (maio/2004 a abril/2005) às empresas integrantes da categoria econômica.

CLÁUSULAS SOCIAIS

04 – VALE TRANSPORTE INTEGRAL

As empresas fornecerão gratuitamente o Vale Transporte a seus empregados, deixando de deduzir do salário, 6% (seis por cento) previstos na legislação federal em vigor.

05 - BANCO DE HORAS

As empresas ficam autorizadas a implantar o BANCO DE HORAS. Para tanto, deverão solicitar a presença do representante do Sindicato dos Trabalhadores, para, em conjunto com os associados e a empresa, ajustarem os termos do acordo, para implementação do Banco de Horas.

06 - ABONO DE FALTAS AO TRABALHADOR

Será abonada até o limite de 10 (dez) dias, a(s) falta(s) do trabalhador, por internamento hospitalar de dependente até 12 anos de idade ou inválido, mediante comprovação por declaração médica.

07 - ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

As empresas concederão aos seus empregados, um adicional por tempo de serviço de acordo com o tempo de vinculação empregatícia na empresa, que será aplicado sobre o salário, integrando-o para todos os fins e efeitos, pelos percentuais seguintes:

I - De 2% (dois por cento) para os empregados que contarem com mais de 5 (cinco) anos de serviço na empresa, até o limite de 10 (dez) anos.

II - De 4% (quatro por cento) para os empregados que contarem com mais de 10 (dez) anos de serviço na empresa.

Parágrafo Único - As empresas que tiverem plano de cargos e salários homologados pelo Ministério do Trabalho, ou venham a implantá-lo no período de vigência desta Convenção, estarão isentas do cumprimento da obrigação contida nesta cláusula.

08 – ALIMENTAÇÃO

As empresas integrantes da categoria econômica fornecerão almoço/refeição na forma e condição estabelecidas no Programa de Alimentação ao Trabalhador (PAT).

Parágrafo Único: As partes convencionam que o presente benefício não integrará o salário do empregado para quaisquer efeitos.

09 - ATESTADOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS

A empresa que possuir médico próprio ou conveniado poderá exigir que os atestados obtidos pelos empregados junto a profissionais particulares, entidades privadas ou públicas, sejam apresentados ao médico da empresa ou conveniada.

Parágrafo Primeiro: Os atestados fornecidos por médicos e dentistas do Sindicato da categoria profissional ou conveniados, serão plenamente aceitos pelas empresas.

Parágrafo Segundo: Nos atestados médicos e odontológicos, com mais de 5 (cinco) dias, obtidos pelos empregados da categoria profissional, deverá constar o Código Internacional da Doença (CID).

10 - AVISO PRÉVIO - DISPENSA

Fica dispensado do cumprimento do aviso prévio integral, dado pelo empregador, no caso do empregado obter novo emprego antes do respectivo término, sendo-lhe devida, em tal caso, a remuneração proporcional aos dias efetivamente trabalhados.

Parágrafo Único: A empresa, a partir da comunicação por parte do empregado, solicitando a antecipação do término do aviso, terá 10 (dez) dias para efetivar o pagamento das verbas rescisórias, desde que a data anteriormente prevista seja superior ao prazo aqui estabelecido.

11 - EMPREGADO SEM REGISTRO

Constatado pelo empregado, pelo Sindicato dos Trabalhadores da categoria profissional ou pelo órgão competente do Ministério do Trabalho, que a empresa deixou de efetuar o registro do empregado por ocasião da admissão na empresa, esta pagará ao empregado, a título de multa indenizatória, o valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) do menor piso salarial da categoria, independente de ser, ou não, autuada pelo órgão fiscalizador competente.

12 - FÉRIAS PROPORCIONAIS

Fica assegurado ao empregado com mais de 06 (seis) meses de serviço na mesma empresa, que pedir demissão, o direito de receber 1/12 (um doze avos) de férias, por mês trabalhado ou fração igual ou superior a 15 (quinze) dias, observada a proporcionalidade prevista no art. 130 da CLT.

13 - FÉRIAS COLETIVAS

Não serão computados, para efeito de férias coletivas, os dias 25 de dezembro e 1º de janeiro.

14 - GARANTIAS ESPECIAIS DE EMPREGO

A) É garantido o emprego ou o salário, ao empregado que retornar do auxílio-doença, pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, inclusive prazo do aviso prévio, após a alta concedida pelo INSS, quando afastado por 30 (trinta) dias, ou mais, de sua atividade normal, exceto se o empregado estiver sob regime de contrato de experiência, ou por acordo entre as partes, devidamente homologado pelo Sindicato da Categoria Profissional.

B) Não poderá ser dispensado pela empresa, o empregado que contar com 5 (cinco) ou mais anos de serviço em seu estabelecimento, se na data da dispensa comprovadamente estiver a 24 (vinte e quatro) meses para completar o tempo da aposentadoria, quer especial, quer por tempo de serviço ou por idade, ressalvados os casos de dispensa por justa causa, pedido de demissão, acordo entre as partes, transferência da empresa para outro estado ou cidade ou encerramento de atividades, cessando a garantia supra ao completar o empregado o período aquisitivo em seus limites mínimos.

B.1) Ao empregado caberá comprovar à empresa a sua condição de pré aposentadoria junto ao INSS, na admissão e/ou durante a contratualidade, sendo que para esta última, a comprovação deverá se dar, até na data da comunicação da dispensa, excluído o período/projeção do aviso prévio, sob pena de não poder se valer desta garantia.

C) O empregado integrante da CIPA, efetivo ou suplente, eleito para representar os empregados, tem garantia do emprego, ou o salário desde o registro da candidatura até 1 (um) ano após o término do mandato.

D) O empregado em idade de prestar serviço militar obrigatório, terá garantia de emprego, desde o exame médico inicial que o considerar apto a se incorporar, até o seu retorno ao trabalho, após a sua desincorporação, dispensa ou suspensão temporária da prestação do serviço militar, desde que apresente o comprovante de aptidão ao empregador no prazo de 5 (cinco) dias.

E) O empregado que retornar das férias terá garantido o emprego ou o salário correspondente, pelo prazo de 30 (trinta) dias.

Parágrafo Único: Na hipótese de dispensa, nestas circunstâncias, com exceção ao previsto na alínea “B” e “C”, o empregado fará jus a indenização correspondente, sem qualquer reflexos e encargos trabalhistas e previdenciários.

15 - HOMOLOGAÇÕES

Os contratos de trabalho, superiores a 09 (nove) meses, quando rescindidos, serão homologados pelo Sindicato da categoria, para que surtam efeitos legais, de acordo com o Artigo 477, parágrafo 1º, da CLT.

16 - PAGAMENTO DE SALÁRIOS

As empresas que pagarem os salários de seus empregados através de cheques, deverão conceder-lhes dentro do expediente bancário, o tempo necessário para que possam recebê-los na agência bancária respectiva.

17 - PRÊMIO APOSENTADORIA

O empregado que, após 10 (dez) anos de atividade na mesma empresa, obtiver aposentadoria especial, por invalidez ou por tempo de serviço, fará jus à percepção de um prêmio,

correspondente a 02 (dois) meses de sua remuneração, quando da efetivação de sua aposentadoria, sem qualquer reflexo, encargos trabalhistas e previdenciários.

18 - PROGRAMA DE COMPENSAÇÃO DE HORÁRIO

As empresas poderão estabelecer, diretamente com seus empregados, programas de compensação de dias, intercalados com feriados, fins de semana e festas de fim de ano, que recaiam no início ou fim de semana, de tal sorte que os empregados tenham um final de semana prolongado, desde que aprovado pela maioria. Caberá à empresa encaminhar cópia do referido acordo ao Sindicato Profissional, com o ciente dos trabalhadores.

19 - PRORROGAÇÃO E COMPENSAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO

As empresas integrantes da categoria econômica poderão prorrogar a jornada de trabalho diária, em até 02 (duas) horas, de segundas às sextas-feiras, totalizando 44 (quarenta e quatro) horas semanais, como forma de compensar o sábado, atendendo o disposto nos artigos 59, parágrafo segundo e 413 da CLT, sem que o excedente diário seja considerado como hora extraordinária.

20 - PRORROGAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO

As prorrogações da jornada de trabalho, excetuadas as hipóteses do artigo 61 da CLT, para as empresas que não instituam o Banco de Horas, serão remuneradas com o adicional de horas extras de 60% (sessenta por cento).

21 – CONTROLE DO HORÁRIO DE TRABALHO

Fica instituído o controle obrigatório de horário, pela utilização de cartão-ponto mecanizado, ou eletrônico, nos locais de trabalho, independente do número de trabalhadores.

22 - RECEBIMENTO DO PIS

A empresa liberará o empregado, para efetuar o saque do PIS (abono), por 02 (duas) horas, em uma sexta-feira, de acordo com o calendário específico para tal fim. Ficam excluídas as empresas que mantêm convênio com agência bancária para esta finalidade nas dependências da mesma.

23 - AO ESTUDANTE

Serão abonadas as faltas do empregado estudante, nos horários de exames regulares ou vestibulares, coincidentes com os de trabalho, desde que realizados em estabelecimento de ensino oficial ou autorizado legalmente e mediante comunicação prévia ao empregador, com o mínimo de 72 (setenta e duas) horas, e comprovação oportuna.

24 - CÓPIA DO CONTRATO DE TRABALHO

O empregador fornecerá ao seu empregado, uma via do contrato de trabalho, quando celebrado por escrito, independentemente da anotação na CTPS.

25 - COMPROVANTE DE PAGAMENTO

O pagamento do salário será feito mediante recibo, fornecendo-lhe cópia ao empregado, com a identificação da empresa, e do qual constarão a remuneração, com a discriminação das parcelas, a produção, as horas extras e os descontos efetuados, inclusive para a previdência social, e o valor correspondente ao FGTS.

26 - SALÁRIO-PAGAMENTO AO ANALFABETO

Qualquer pagamento ao empregado analfabeto, deverá ser efetuado na presença de duas testemunhas e em espécie.

27 - ÁGUA POTÁVEL

É obrigatório o fornecimento de água potável, filtrada e fresca, para os trabalhadores, por meio de bebedouro de jato inclinado, ou outro dispositivo equivalente, sendo proibido o uso de copos coletivos.

28 - PROTEÇÃO DO TRABALHADOR

No primeiro dia de trabalho, o empregado será treinado e receberá instruções sobre prevenção, segurança e higiene do trabalho. As empresas são obrigadas a manter medidas de proteção individual ou coletiva, nos termos da legislação em vigor.

29 - RELAÇÃO DE EMPREGADOS

Obrigam-se as empresas a remeter ao Sindicato Profissional, cópia da relação dos admitidos e demitidos mensalmente, conforme portaria do MTE, sendo que o Sindicato Laboral, por seu turno, assume o compromisso de, igualmente, remeter cópia desta relação ao Sindicato Patronal.

30 - RELAÇÃO NOMINAL DE EMPREGADOS

As empresas encaminharão à entidade profissional, cópia das guias de contribuição sindical e assistencial, com a relação nominal dos respectivos salários, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o desconto.

31 - UNIFORME E EQUIPAMENTO DE SEGURANÇA

Desde que exigidos por lei ou pelas empresas, estas fornecerão, gratuitamente, uniformes e equipamentos de segurança, substituindo-os quando estiverem sem condições de uso, obrigando-se, o empregado, a usá-los unicamente nos locais de trabalho, e a devolvê-los, no ato de sua substituição ou por ocasião de sua demissão.

32 – LAUDO AMBIENTAL

As empresas terão que elaborar laudo ambiental e depositar no Sindicato, por função e local de trabalho, a fim de verificar os agentes nocivos a saúde dos trabalhadores, visando adequar às exigências do Ministério do Trabalho.

33 - DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA HOMOLOGAÇÕES

Além dos documentos legalmente exigidos para homologação das rescisões contratuais, deverão os empregadores apresentar no ato da homologação, os recibos de quitação referente ao Sindicato dos Trabalhadores e Patronal, relativos ao período de vigência da Convenção Coletiva de Trabalho.

CLÁUSULAS SINDICAIS

34 - ACESSO DO REPRESENTANTE SINDICAL À EMPRESA

O dirigente sindical no exercício de suas funções terá garantido acesso a empresa, dentro do horário normal do funcionamento desta, devidamente acompanhado do responsável do setor ou da obra, dando prévio conhecimento à empresa.

35 - QUADRO DE AVISOS

As empresas obrigam-se a colocar à disposição do Sindicato, um quadro de avisos, sob a responsabilidade da empresa, para afixação de editais, avisos e notícias sindicais, desde que não venham a ofender e/ou atacar a pessoa do empregador ou da empresa.

36 - CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA

Conforme deliberação da assembléia geral extraordinária dos trabalhadores da categoria profissional, realizada no dia, 11/02/05 as empresas descontarão de todos os empregados, mensalmente, o percentual de 1,2% (um vírgula dois por cento) sobre o salário, recolhendo em favor do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Blumenau, até o dia 15 do mês subsequente, objetivando o custeio do sistema confederativo, e despesas realizadas nas negociações da CCT, conforme o preceituado no item IV, do artigo 8º, da Constituição Federal e artigo 513 letra (e) da CLT.

Parágrafo Único – Os trabalhadores não associados que se opuserem ao desconto, deverão comparecer pessoalmente no sindicato, onde assinarão requerimento cuja cópia será remetida pela entidade obreira à respectiva empresa, comunicando o não desconto em folha.

I - A Contribuição Confederativa será distribuída para o custeio confederativo da seguinte forma: 99,5% (noventa e nove vírgula cinco por cento) para o Sindicato dos Trabalhadores, 0,3% (zero vírgula três por cento) para Federação (FETICOM) e 0,2% (zero vírgula dois por cento) para Confederação (CNTI) sendo que este último percentual será repassado à Federação e esta fará o repasse para a Confederação.

II - Com esta contribuição será assegurado a todos os trabalhadores que contribuírem, associados ou não, e seus dependentes, esposa desempregada e filhos até 16 anos, de acordo com o Estatuto da entidade e seu Regulamento, consulta médica de clínica geral e assistência

jurídica trabalhista, na sede da entidade, ou em clínica conveniada como também usufruir os convênios firmados pelo Sindicato com especialistas, clínicas, laboratórios e outros.

III - As empresas enviarão mensalmente ao Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Blumenau, relação dos empregados que sofreram o desconto confederativo a taxa negocial, contendo o nome e a importância descontada.

IV - O Sindicato dos Trabalhadores ficará responsável por eventuais reclamações e ônus que resultarem do cumprimento desta cláusula.

37 - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL DAS EMPRESAS

Em assembléia geral extraordinária realizada em 28.04.05, do Sindicato das Indústrias de Mármore, Granito e Pedras Decorativas do Estado de Santa Catarina, a categoria econômica aprovou, com fundamento no Artigo 513, Alínea “A”, da CLT, combinado com o Artigo 8º, Inciso IV da Constituição Federal, o estabelecimento de uma contribuição assistencial, no valor correspondente a R\$ 200,00 (duzentos reais), para ser quitada em duas parcelas: a primeira, no valor de R\$ 100,00 (cem reais), até o dia 30/07/2005 e a segunda, R\$ 100,00 (cem reais), até o dia 15/11/2005, através de bloquetes a serem fornecidos por essa entidade.

Parágrafo Primeiro: Ficam isentas do pagamento desta contribuição, as empresas que estão recolhendo a mensalidade de R\$ 30,00, para o Sindicato Patronal.

Parágrafo Segundo: A falta de recolhimento da contribuição, ou recolhimento efetuado fora do prazo acima estabelecido, implicará na multa de 2% (dois por cento), além de juros de 1% (um por cento ao mês).

Parágrafo Terceiro: O Sindicato Patronal ficará responsável por eventuais reclamações e ônus que resultarem do cumprimento desta cláusula.

38 - DESCONTOS DAS MENSALIDADES

As empresas descontarão, em folha de pagamento, a favor do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Blumenau, o valor relativo à mensalidade fixada aos seus associados. O repasse das mensalidades descontadas se dará no prazo máximo, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao do desconto, cabendo ao Sindicato Profissional, fornecer relação nominal e o valor para cada empregado associado até o dia 25 do mês anterior.

39 - SINDICALIZAÇÃO

Na admissão do empregado, a empresa apresentará ao mesmo, proposta de sindicalização, conforme modelo fornecido pelo Sindicato Profissional, para que o mesmo opte pela sindicalização, ou não. Independente da opção, a proposta preenchida terá que ser enviada ao Sindicato Profissional no mês da contratação.

40 - AÇÃO DE CUMPRIMENTO

Os empregados, ou os Sindicatos (laboral e patronal), poderão intentar ação de cumprimento, na forma e para os fins específicos no artigo 872, parágrafo único, da CLT, bem como no que diz respeito ao artigo 8º da lei 7.788/89, como também para o cumprimento das cláusulas contidas no presente instrumento, conforme lei 8.984 de 07/02/95.

41 - PENALIDADES

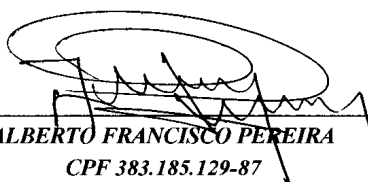
A parte que descumprir a presente convenção, sofrerá uma multa correspondente a 10% (dez por cento) do menor piso da categoria profissional, por empregado e por infração, revertendo o valor em favor da parte prejudicada (Sindicatos ou empregado).

42 - VIGÊNCIA


O presente instrumento coletivo terá vigência de 01(um) ano, com início em 01/05/2005 e término em 30/04/2006.

E, por estarem assim, justos e convencionados, firmam, os presidentes de ambas as entidades contratantes, a presente Convenção Coletiva de Trabalho.

Blumenau, 23 de maio de 2005.



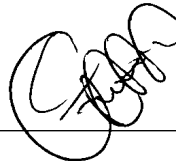
ALBERTO FRANCISCO PEREIRA
CPF 383.185.129-87
*Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias
da Construção e do Mobiliário de Blumenau*



JOSÉ ROQUE CARDOSO
CPF 179.985.739-53
*Presidente do Sindicato das Indústrias de Mármore,
Granitos e Pedras Decorativas do Estado de Santa Catarina*

TESTEMUNHAS:





ÍNDICE

CLÁUSULAS ECONÔMICAS

- 01 - CORREÇÃO SALARIAL**
- 02 - SALÁRIO NORMATIVO**
- 03 - QUITAÇÃO DA DATA-BASE**

CLÁUSULAS SOCIAIS

- 04 - VALE TRANSPORTE INTEGRAL**
- 05 - BANCO DE HORAS**
- 06 - ABONO DE FALTAS AO TRABALHADOR**
- 07 - ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**
- 08 - ALIMENTAÇÃO**
- 09 - ATESTADOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS**
- 10 - AVISO PRÉVIO - DISPENSA**
- 11 - EMPREGADO SEM REGISTRO**
- 12 - FÉRIAS PROPORCIONAIS**
- 13 - FÉRIAS COLETIVAS**
- 14 - GARANTIAS ESPECIAIS DE EMPREGO**
- 15 - HOMOLOGAÇÕES**
- 16 - PAGAMENTO DE SALÁRIOS**
- 17 - PRÊMIO APOSENTADORIA**
- 18 - PROGRAMA DE COMPENSAÇÃO DE HORÁRIO**
- 19 - PRORROGAÇÃO E COMPENSAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO**
- 20 - PRORROGAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO**
- 21 - CONTROLE DO HORÁRIO DE TRABALHO**
- 22 - RECEBIMENTO DO PIS**
- 23 - AO ESTUDANTE**
- 24 - CÓPIA DO CONTRATO DE TRABALHO**
- 25 - COMPROVANTE DE PAGAMENTO**
- 26 - SALÁRIO-PAGAMENTO AO ANALFABETO**
- 27 - ÁGUA POTÁVEL**
- 28 - PROTEÇÃO DO TRABALHADOR**
- 29 - RELAÇÃO DE EMPREGADOS**
- 30 - RELAÇÃO NOMINAL DE EMPREGADOS**
- 31 - UNIFORME E EQUIPAMENTO DE SEGURANÇA**
- 32 - LAUDO AMBIENTAL**
- 33 - DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA HOMOLOGAÇÕES**

CLÁUSULAS SINDICAIS

- 34 - ACESSO DO REPRESENTANTE SINDICAL À EMPRESA**
- 35 - QUADRO DE AVISOS**
- 36 - CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA**
- 37 - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL DAS EMPRESAS**
- 38 - DESCONTOS DAS MENSALIDADES**
- 39 - SINDICALIZAÇÃO**
- 40 - AÇÃO DE CUMPRIMENTO**
- 41 - PENALIDADES**
- 42 - VIGÊNCIA**